



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **AS PERSPECTIVAS SOBRE O SER CRIANÇA E SER ALUNO: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO**

Camila Matos Viana (1); Adma Soares Bezerra (2); Conceição Gislane Nobrega Lima de Salles (3)

(1) Universidade Federal de Pernambuco, [camila.mviana@ufpe.br](mailto:camila.mviana@ufpe.br); (2) Universidade Federal de Pernambuco, [admasoares@hotmail.com](mailto:admasoares@hotmail.com); (3) Universidade federal de Pernambuco; [cgislane@terra.com.br](mailto:cgislane@terra.com.br)

### **INTRODUÇÃO**

Compreender o lugar da infância e da criança no espaço escolar constitui-se aspecto de profunda relevância no processo de estabelecimento de uma educação que rompa com o conceito de criança como um ser inacabado, em desenvolvimento e, por isso, incapaz. Embora o debate sobre o lugar e condição social da criança tenha ganhado evidência nos últimos tempos, a infância permanece permeada por circunstâncias paradoxais. Ainda que se priorizem as crianças, muitas das decisões tomadas com efeito em suas vidas não as tomam em consideração, como traz Sarmiento e Pinto (1997). Os autores apontam, aportados no que traz Qvortup (1995), as disparidades existentes no fato de que os adultos concordam com o oferecimento de melhores condições para a iniciação da vida dos infantes, no entanto os mantêm distantes da vida social.

Aportada na modernidade, o ideal de infância que vigora, traz consigo uma relação intrínseca à institucionalização da escola, entre os séculos XVII e XVIII, como traz Ariès (2006). Nesse período a escola aparecia como mecanismo de socialização da criança, local onde ela obteria os conhecimentos necessários para sua inserção na sociedade. Ainda que caracterizada como espaço criado para infância, percebe-se uma escola se utiliza de práticas e mecanismos que subtendem a exaltação de um padrão convencional de ser aluno e que torna opaca a singularidade e as especificidades da infância, podendo dificultar, desta forma, a inserção deste sujeito que, anterior à condição de aluno constitui-se criança. Neste sentido, compreender o universo escolar, a partir da perspectiva da própria criança constitui-se tema de extrema relevância no



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

processo de ressignificação da escola como um espaço que de fato, permita processos eficazes e possíveis no que diz respeito à qualidade do acesso e da permanência na trajetória de escolarização da criança, baseada, sobretudo, no respeito e consideração à sua condição social de infância.

Nessa conjuntura de relação entre o ser criança e ser aluno, intentamos, portanto, perceber quais os aspectos apontados pela criança para integrar ativamente o espaço escolar, tendo como objetivo principal *identificar as possíveis convergências e divergências entre o ser criança e o ser aluno/a apontados por um grupo de crianças do segundo ano do ensino fundamental* e como objetivos específicos; *i) compreender como as crianças se percebem no contexto escolar a partir de suas próprias impressões ii) investigar como se efetiva, na perspectiva das crianças, sua participação no contexto da sala de aula*

## **METODOLOGIA**

Como abordagem metodológica, propomos a perspectiva etnográfica por permitir a consideração de todos os que compõem o estudo. Isto ocorre a partir do entendimento da subjetividade dos envolvidos como aspecto relevante para o norteamento da pesquisa e por ater-se à valorização dos significados dos acontecimentos, considerando o seu conjunto espaço-temporal, em detrimento da mera delimitação de fatos e eventos descontextualizados. Busca-se, no desenvolvimento da pesquisa, a aproximação da realidade do contexto em análise, com fins de recolher, além de dados explícitos, as interpretações e representações intrínsecas às interações corriqueiras do chão da escola, que permitem a construção do retrato do sistema educacional em sua complexidade.

A escolha da perspectiva etnográfica se dá no intuito de buscarmos os significados e sentidos atribuídos e construídos nas relações estabelecidas em sala de aula, garantindo ao sujeito da pesquisa situação de protagonismo no delinear do estudo.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Partimos do entendimento apontado por Mattos e Castro (2011, p. 55) quando trazem que “fazer etnografia, portanto, é dar voz a uma minoria silenciosa; é caminhar em um mundo desconhecido; é abrir caminhos passando das contingências para a autodeterminação, para a inclusão na escola, na vida social, no mundo da existência solidária e cidadã”.

Dada, portanto, a necessidade e intenção deste trabalho em compreender e refletir como ocorrem as práticas pedagógicas em seu espaço natural – a sala de aula – a partir da perspectiva da criança, a abordagem etnográfica, neste estudo, é sugerida por permitir que os/as pesquisados/as norteie/m o curso, a partir dos significados que conferem às ações desdobradas em seu espaço, fazendo o que Geertz (1989) põe ser um mecanismo de fidedignidade aos resultados do estudo: pesquisar “a escola na escola”, tornando aquele local o ambiente de sua pesquisa e não propriamente seu objeto de estudo, tendo em vista que na etnografia ressalta-se a compreensão dos processos e seus significados em detrimentos da mera mensuração dos fatos.

O que permite a possibilidade da aplicação do estudo do tipo etnográfico ao contexto da sala de aula é a concessão ao pesquisador em adentrar no universo do pesquisado, onde todos podem (re)construir os processos e as relações que constituem a vivência escolar cotidiana. Adentrar na escola é colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia-a-dia, identificando as forças que a impulsionam e a retém; suas estruturas de poder e sua constituição organizacional, bem como compreender o papel da atuação de cada sujeito “onde ações e relações, conteúdos são considerados, negados, reconstruídos ou modificados” (p.41). Esta visão prescinde o rompimento com a ideologia que prediz a escola como integrante de um cotidiano estático, repetitivo e disforme para aliar-se ao que postula Giroux (1986) ser “um terreno cultural caracterizado por vários graus de acomodação, contestação e resistência, uma pluralidade de linguagens e objetivos conflitantes” e, portanto, seu estudo não deve limitar-se a descrição de seu cotidiano, mas envolve um processo de



reconstrução, considerando sua multiplicidade, indicando o que lhe é contraditório, refazendo seu curso.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A noção e o entendimento que ainda vigora acerca da infância foram iniciados na Idade Moderna, através da institucionalização da família – vida privada – e escola. Anteriormente ocorria o que Philippe Ariès (1986) tratou como a inexistência do sentimento de infância, todavia, é possível perceber em momentos precedentes rudimentos que indicam a percepção da criança.

Não obstante, reconhecendo toda a relevância do que trouxe os estudos de Ariès, é plausível mencionar que é na Modernidade que a infância emerge como momento de atenção e de grande importância no processo de formação social. Neste sentido cresce a preocupação com a formação desses indivíduos e, para tanto, impera a demarcação nos espaços destinados à adultos e crianças

A Idade Moderna caracteriza-se como marco na instituição de um sentimento de infância que está intrinsecamente ligado ao estabelecimento da escola: o local específico para a preparação das crianças para a vida adulta. Embasado no ideal racional da época, no rompimento com os dogmas religiosos que vigoravam, na efervescência do modo de produção capitalista e na busca de uma civilidade, a escola emerge como instituição para educação, preparação e adestramento da criança para o futuro, onde, como adultos e em completude, desempenharão seus devidos papéis na sociedade.

A discussão de Ariès (1981) acerca do lugar social da criança revela-se como marco de extrema relevância na compreensão das nuances que a infância tem no decorrer do tempo e das sociedades. Ao assinalar o surgimento de um sentimento de infância e a institucionalização da escola republicana, que pretende formar o cidadão republicano – dotado de razão –, o autor abre um mundo de possibilidades para se compreender a infância, para além de uma faixa etária, mas como um produto social e



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

que, por isso, sofre transformações conforme as demandas das sociedades em questão. A sociedade moderna, impulsionada pela racionalidade da época, propunha em todos os seus segmentos o uso da razão, forma e técnica. Neste sentido aponta a escola enquanto instituição que, sistematicamente, socializaria e educaria as crianças para o seu futuro. A escola moderna, portanto, assume o papel de educar as crianças com fins de que elas assumam o caráter racional e autônomo proposto para que venham a reproduzir a sociedade ansiada (BOTO, 2002).

Tal perspectiva de Boto nos remonta ao pensamento da criança como ser incapaz e a infância como um período de introdução e oposta a vida adulta, o discurso pedagógico baseia-se nas impossibilidades da infância, sendo a escola o instrumento pelo qual este ser incompleto será preparado para ter voz, vez e atuação social, sobre isto. Assim, neste espaço é possível perceber a distinção entre ser criança e aluno. Embora inicie-se a percepção da infância como período potencial para a educação, o processo educativo ocorria a partir das expectativas do mundo adulto, sendo o discurso pedagógico pautado nas incapacidades do indivíduo, “a criança, por estar em processo de desenvolvimento físico, intelectual e social, sendo portanto frágil na conduta pública, foi pensada, nestas teorias sociais, como incompleta/carente, tendo-se sempre como referência a matriz adulta” (MACEDO, 2014, p. 23).

A criança ganha espaço ao lado da condição do aluno, aquele que precisa receber o conhecimento para ser um cidadão. Deste modo pode compreender que o aluno é a transição entre a criança - ser primitivo e incompleto - e adulto - indivíduo pleno e apto a conviver socialmente, aparecendo, portanto, uma tensão entre as duas condições. Embora instituída há alguns séculos, a escola ainda se configura como um espaço que, destinado à formação da infância tende a hegemonização de um padrão de ser difundido em detrimento do entendimento da possibilidade de ser criança para além deste padrão.

## CONCLUSÃO



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Pode-se dizer, então, que ocorre um silenciamento das crianças quando a escola lhes dificulta a expressão de seus anseios e expectativas e as conduzem às expectativas e anseios do mundo adulto, baseados no “vir a ser”, tornando turva todas as possibilidades que a criança tem de ser no presente, tornando-a apenas alunos, distanciando-se da condição primeira de criança que constitui o indivíduo que compõe o espaço escolar. Neste sentido, a criança, para atender as demandas impostas, cria e recria o papel de aluno ao longo de sua trajetória escolar, tal como traz Castro (2011), o indivíduo tende a criar para si e para os outros que compõem a sala de aula a função de aluno, elegendo as atividades e comportamentos relevantes para sua inserção efetiva ao contexto, contribuindo para o sentimento de pertencimento à escola.

Assim, desnaturalizar a infância e a escola e as conceber como produtos históricos e sociais que sofrem alterações e influências no decorrer do tempo e espaço em e onde ocorrem por estarem situadas em um contexto mais amplo e, sobretudo, compreender a criança como sujeito social, integrante ativo e participativo da conjuntura a que pertence e dos lugares que ocupa torna-se aspecto relevante na elucidação das problemáticas que permeiam a infância e os espaços ocupados que ocupam.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Elza D. A de. *Etnografia na prática escolar*. Campinas: Papyrus, 1995.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

KOHAN, Walter. O. *Infância entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

MATTOS, Carmem Lucia Guimarães; CASTRO, Paula Almeida de (Orgs.). *Etnografia e educação conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel. *As crianças: contextos e identidades*. Braga. Centro de estudos da Universidade do Minho, 1997